


## **A Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa e a formação da primeira aerotrópolis brasileira: desafios para proteção do patrimônio cultural**

**Cláudia Silva Barbosa**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),  
Belo Horizonte, Minas Gerais

 <https://orcid.org/0000-0001-7337-7376>  
E-mail: [geoclaudiabarbosa@gmail.com](mailto:geoclaudiabarbosa@gmail.com)

**Resumo:** No artigo buscou-se refletir sobre as peculiaridades do patrimônio cultural da Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa que é uma unidade de conservação federal, localizada em Minas Gerais, na porção norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nessa unidade está em formação a primeira aerotrópolis do Brasil, um símbolo da contemporaneidade num território reconhecido internacionalmente devido a riqueza e diversidade de seu patrimônio cultural arqueológico, paleontológico e paisagístico. Apesar do rápido crescimento urbano nos últimos anos, na unidade de conservação ainda são mantidos festas, saberes e fazeres tradicionais que ampliam a complexidade cultural do território. Concluiu-se que a APA Carste de Lagoa Santa possui diversos atributos materiais e imateriais, sendo relevante para proteção do patrimônio cultural. Dentre os principais desafios nesse território, estariam a gestão interinstitucional e participativa do referido patrimônio diante do crescimento econômico e urbano regional.

**Palavras-chave:** APA Carste de Lagoa Santa; Patrimônio cultural; Aerotrópolis; Desafios.

430

### **The Carste de Lagoa Santa Environmental Protection Area – EPA and the creation of the first Brazilian aerotropolis: challenges for the protection of the cultural heritage**

**Abstract:** The article sought to reflect on the peculiarities of the cultural heritage of the Carste de Lagoa Santa Environmental Protection Area, a federal conservation unit, located in Minas Gerais, in the northern portion of the Metropolitan Region of Belo Horizonte. The first aerotropolis in Brazil is being formed in this unit, a symbol of contemporaneity in an internationally recognized territory due to the richness and diversity of its archaeological, paleontological and landscape cultural heritage. Despite the rapid urban growth in recent years, traditional conservation areas, knowledge and activities are still maintained in the conservation unit, increasing the cultural complexity of the territory. It was concluded that the Carste de Lagoa Santa EPA has several material and immaterial attributes, being relevant for the protection of the cultural heritage. Among the main challenges in this territory, there would be the interinstitutional and participatory management of said heritage in the face of regional economic and urban growth.

**Keywords:** Carste Lagoa Santa EPA; Cultural heritage; Aerotropolis; Challenges.

**Texto recebido em: 07/01/2021**

**Texto aprovado em: 18/05/2021**

## Introdução

A Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa (APA Carste de Lagoa Santa) é uma unidade de conservação federal que está localizada ao norte de Belo Horizonte, em Minas Gerais. No decreto de criação da unidade (BRASIL, 1990; Figura 1) a proteção do patrimônio integrou o seu objetivo, voltado para “garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional (...) proteger e preservar as cavernas e demais formações cársticas, sítios arqueo-paleontológicos, a cobertura vegetal e a fauna silvestre” (BRASIL, 1990).



Fonte: Google Earth, Google. 2020.

**FIGURA 1**

### **Localização da APA Carste de Lagoa Santa**

Essa unidade de conservação além da grande diversidade patrimonial material e imaterial, também apresenta áreas urbanas, atividades industriais e agropecuárias em seu interior, o que acaba por gerar desafios para sua gestão (BARBOSA; DEUS, 2016). Além disso, está em curso no seu território, a formação de uma aerotrópoli no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, mais conhecido como Aeroporto de Confins. Essa aerotrópoli estimula que investimentos públicos e privados cheguem para o vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, incrementando novos empreendimentos e gerando modificações que afetam tanto o patrimônio socioambiental quanto o patrimônio cultural regional. Quais os principais aspectos, riscos e os desafios deste processo? É que o será apresentado

ao longo desse artigo, que é um recorte de minha tese de doutoramento em curso na UFMG.

### **O patrimônio cultural material e imaterial na APA Carste de Lagoa Santa**

O território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa é parte da história de formação do Estado de Minas Gerais. A colonização portuguesa na região teve como marco o ano 1676 quando o bandeirante Fernão Dias iniciou o povoamento português no lugar denominado Sumidouro (Figuras 2 e 3), pertencente naquela época a Santa Luzia do Rio das Velhas (GOULART, 2009). Paulatinamente a região cresceu tanto em termos populacionais quanto econômico, tornando-se um dos principais entrepostos comerciais da Capitania de Minas Gerais no século XVIII (GOULART, 2009).



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

**FIGURA 2**

**Casa de Fernão Dias em  
Quinta do Sumidouro**



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

**FIGURA 3**

**Canoa centenária em Quinta do  
Sumidouro**

Parte do crescimento populacional ocorreu pela chegada de centenas de africanos, principalmente no século XVII e XVIII para servirem de mão de obra escrava para a realização de atividades domésticas, de mineração e agropecuárias locais. Estes homens e mulheres também deixaram suas marcas culturais como nas danças, na culinária, nos modos de falar e na religiosidade, ao mesmo tempo, que resistiram aos europeus com suas lutas pela liberdade. Um dos maiores distritos da região de Matozinhos-MG ficou conhecido, até os dias atuais, como Mocambeiro, lugar no qual se refugiavam escravos que fugiam de fazendas como as

pertencentes ao chamado Vínculo da Jaguará. Cerca de oito fazendas compuseram esse Vínculo estabelecido por D. Maria I no ano de 1787, sendo que a fazenda sede era denominada de Fazenda Jaguará, localizada nas proximidades do rio das Velhas, afluente do Velho Chico, assim chamado carinhosamente o Rio São Francisco, em terras mineiras.

Até meados do século XIX a fazenda era um símbolo da opulência do comércio colonial na região. Nela foi construída uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, cujo altar e outras peças são de Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho. Com o tempo, o Vínculo foi desfeito, várias fazendas foram sendo desmembradas e construções demolidas. A igreja ficou praticamente abandonada. Passados muitos anos, em 1996, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda da Jaguará foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEFPHA. (IEFPHA, 2020; Figura 4).



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

#### FIGURA 4

#### Capela de Nossa Senhora da Conceição – Fazenda Jaguará

Além de comerciantes, mineradores e fazendeiros a região também atraiu pesquisadores devido às suas peculiaridades físicas singulares como de rochas, de fósseis e a vegetação, que constituíram cenário para artigos publicados por naturalistas que visitaram a região no século XVIII e seguintes. Dentre esses pesquisadores, estava Peter Wilhelm Lund um naturalista dinamarquês que visitou inúmeras cavernas e fez descobertas arqueológicas, paleontológicas que são importantes até os dias atuais. Grande parte do material coletado foi enviado para Dinamarca e estão no que hoje é o Museu de História Natural da Dinamarca. Lund convidou para auxiliá-lo em suas incursões o botânico Johannes Eugenius Bülow Warming, que fez as primeiras análises do cerrado brasileiro, sendo considerado como um dos fundadores da ecologia (GOULART, 2009; NEVES, PILO, 2008).

Peter Lund e alguns de seus auxiliares como Johann Rudolph Muller, Wilhelm Behrens e Peter Andreas Brandt decidiram ficar no Brasil e permaneceram na região de Lagoa Santa até sua morte. Como não eram católicos, foram enterrados num lote comprado pelo próprio Lund. Esse lote foi transformado pela Prefeitura de Lagoa Santa em um cemitério (Figuras 5 e 6). Na década de 1960, o cemitério foi tombado pelo governo federal e em 2001 pelo próprio município de Lagoa Santa (BARBOSA, 2019).



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

**FIGURA 5**  
**Cemitério Dr. Lund**



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

**FIGURA 6**  
**Placa no Cemitério Dr. Lund**

Décadas depois da morte de Peter Lund, foi encontrado um dos fósseis mais antigos da América, denominado Luzia e descoberto em um local conhecido como Lapa Vermelha no município de Pedro Leopoldo-MG. Os estudos sobre este fóssil e outros que lá foram encontrados, geraram inúmeras pesquisas sobre o povoamento do continente americano, inclusive gerando a denominação para os fósseis como do

Povo de Luzia (NEVES; PILO, 2008). Luzia foi enviada para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, sendo um dos milhares de itens do acervo do museu que sofreram sérios danos devido ao incêndio ocorrido no ano de 2018.

Cabe destacar que grande parte das pesquisas sobre os fósseis na região da APA Carste ocorreram em cavidades, comumente denominadas cavernas ou grutas. Para se ter uma noção do potencial patrimonial da unidade de conservação, somente em termos do patrimônio relacionado com a presença de cavidades, os municípios abrangidos pela unidade abarcam quase dez por cento de todas as cavidades brasileiras. Isso, sem considerar o patrimônio paleontológico (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Dados sobre cavidades nos municípios abrangidos pela APA Carste**

<b>Localidade</b>	<b>Número de cavidades</b>	<b>Percentual no Brasil</b>
Confins	14	0,18%
Lagoa Santa	73	0,95%
Funilândia	05	0,06%
Matozinhos	413	5,35%
Pedro Leopoldo	250	3,24%
Total	755	9,78%

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, CECAV, 2020.

O patrimônio no território não se resume apenas ao material como o das construções e das cavidades, ele também está relacionado com as culturas daqueles que viveram e vivem nesse lugar, assim na APA Carste ao longo do tempo surgiram muitas manifestações culturais, algumas mudaram ou simplesmente foram esquecidas. O que reforça que o patrimônio relacionado com a cultura é dinâmico, especialmente devido sua modificação ao longo do tempo pelos indivíduos que com ela estão envolvidos (HERSKOVITS, 1973, p. 34).

Os bandeirantes e viajantes europeus, os negros africanos, os índios brasileiros e outros povos acabaram por imprimir traços de sua culturalidade no território do carste, que estão presentes até os dias atuais. Certamente, embora existissem “fronteiras culturais” (METCALF, 2015, p. 5) entre aqueles indivíduos, elas não impediram que ocorresse interligações entre eles, gerando certo sincretismo cultural desde o período do Brasil Colônia, que se fez visível por diversos meios como as músicas, as danças e os rituais religiosos.

Ainda existem na APA Carste diversas expressões culturais oriundas deste sincretismo de tradições entre os povos africanos e europeus. Parte dessas

tradições culturais que permanecem no território derivam das festividades religiosas tais como a Folia de Reis, que comemora a visita dos Reis Magos Baltazar, Belchior e Gaspar ao menino Jesus; o Candombe que é uma tradição popular expressa por meio de danças e músicas ritmadas por tambores; além dos saberes locais, como a fabricação de doces e de quitandas (Figuras 7 e 8). É nestes momentos de festividades e encontros comunitários que muitas vezes se apresenta o intercâmbio entre o patrimônio material e o imaterial de forma afetiva.



Fonte: Arquivos Erika Baniay, 2019.

**FIGURA 7**  
**Festividades religiosas na APA Carste de Lagoa Santa-MG**

Existem também lendas na APA Carste que contam um pouco da história da formação dos municípios que a integram e inspiram histórias que são repassadas de geração em geração. Por exemplo, um dos maiores municípios do território é Lagoa Santa, cujo nome foi dado inicialmente a um povoado cuja lenda era de que as águas de uma lagoa curavam os doentes. Assim, a fama do povoado cresceu e em 1749 foi celebrada a primeira missa numa capela denominada Nossa Senhora dos Remédios. Depois o povoado tornou-se a freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Lagoa Santa. As festividades em torno da santa favoreceram a manutenção de celebrações religiosas e a criação da denominada Festa de Agosto (Figura 9), que até hoje reúne milhares de pessoas (P.M. LAGOA SANTA, 2020).



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

**FIGURA 8**

**Estandarte da Guarda do Gongo de Pedro Leopoldo-MG**



Fonte: Arquivo cedido por Foto Kamargos.

**FIGURA 9**

**Festa de Agosto em meados século XX, Lagoa Santa-MG**



Nos últimos anos, também chegaram no território da unidade de conservação povos ciganos. Existem mais de um milhão de ciganos no Brasil, porém somente recentemente é que passaram a estar inseridos em políticas públicas específicas para valorização de sua cultura e conquista de direitos, conforme aponta Souza (2013). Para esta autora, há uma diferença entre o que seja a identidade cigana expressa nas políticas públicas e o que ela seja em sua realidade.

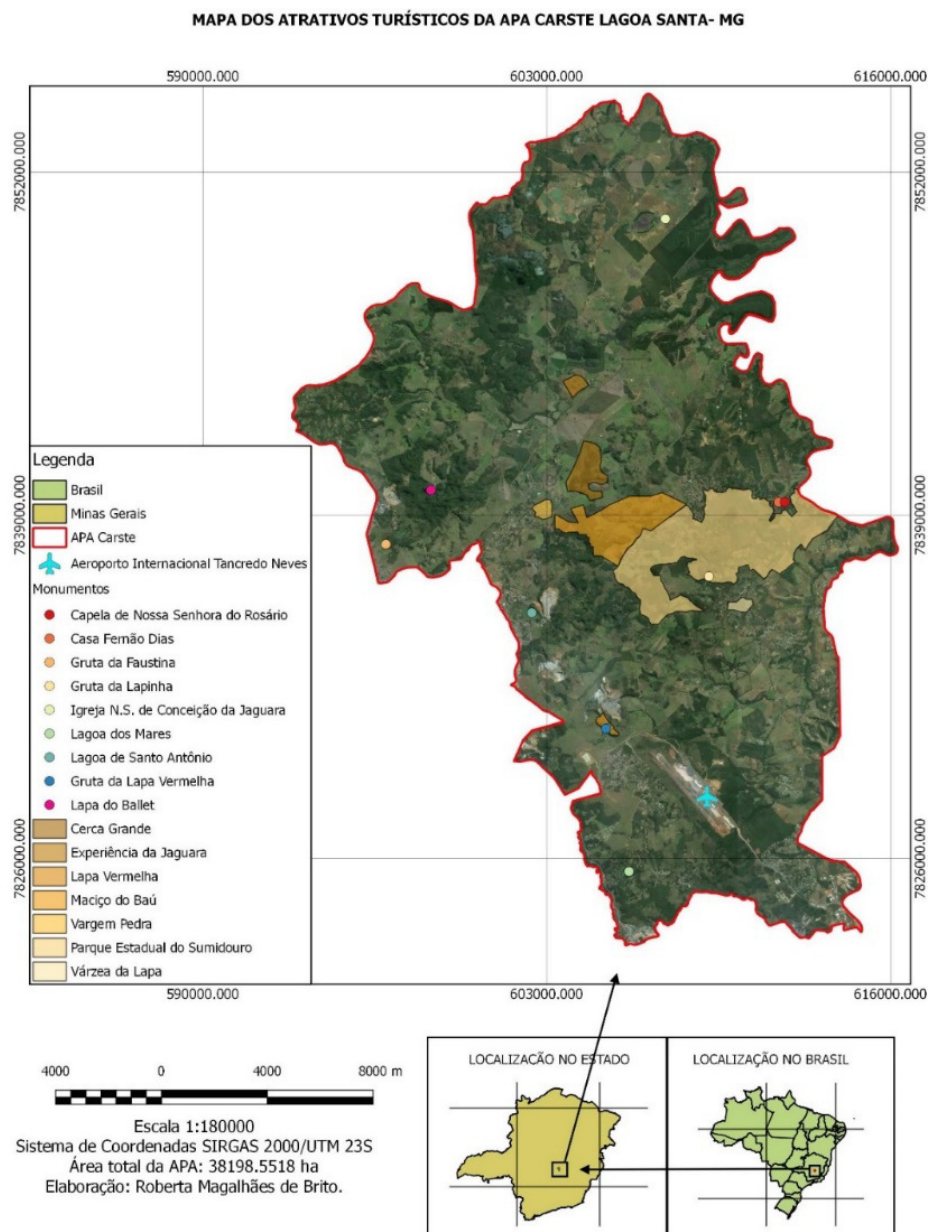
Existem disputas de poder político, acadêmico e autorrepresentações no que tange o significado do que seja a identidade cigana. Assim sendo, os ciganos são diferenciados entre si, seja fenotipicamente quanto culturalmente, sendo que algumas diferenças podem gerar identidades locais. De certa maneira, o que une os diferentes grupos ciganos são as causas de valorização da sua cultura e defesa dos seus direitos (SOUZA, 2013).

No caso da APA Carste, os ciganos encontram-se principalmente alocados nos municípios de Matozinhos, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa. Parte desses ciganos faz parte de uma Associação que busca defender sua tradicionalidade e formas de viver. Um dos desafios desta Associação é fazer com que seus direitos e formas de expressão como um povo tradicional sejam respeitados tanto pelos governantes quanto pelos munícipes que não fazem parte de sua cultura (AECDDPC, 2020).

Em um território inserido num contexto metropolitano, embora alguns estigmatismos, as fronteiras culturais tornam-se relativamente mais frágeis devido especialmente a um maior intercâmbio sociocultural entre as pessoas ao longo do tempo. Por outro lado, é essa diversidade do patrimônio cultural material e imaterial que pode favorecer ao crescimento da atividade turística na região, agregando outra fonte de renda para as comunidades locais, sejam elas tradicionais ou não.

Nesse contexto, o trabalho produzido por Barbosa e Deus (2016) analisou o potencial geoturístico da APA Carste. Além de apontarem a relevância dessa unidade de conservação no que tange o turismo relacionado com as cavidades, os sítios arqueológicos e os paleontológicos, apresentaram a diversidade do patrimônio regional. Entretanto, os autores destacaram a necessidade de um aprimoramento na gestão da atividade, envolvendo de forma participativa atores sociais, como os gestores locais e comunidades, para ampliar a efetividade e o número de visitantes que acessam o patrimônio cultural material e imaterial relacionados com o turismo educativo (Figura 10). O que também poderia favorecer para ampliação da divulgação da riqueza patrimonial regional.

Além disso, um desafio seria o desenvolvimento de um turismo que valorizasse a culturalidade local e ao mesmo tempo fosse um turismo inclusivo, de base comunitária, ordenado e estruturado pelos moradores da APA Carste de Lagoa Santa. Assim, os comunitários poderiam ser os empreendedores da atividade, que além de ser uma fonte de renda que fortalecesse suas tradições e o modo de vida local.



Fonte: Arquivos internos, APA Carste de Lagoa Santa-ICMBio, 2020.

**FIGURA 10**  
**Atrativos turísticos na APA Carste**

### **Instrumentos de proteção ao patrimônio: alguns exemplos**

No Brasil, embora haja grande diversidade e complexidade patrimonial, em termos de legislação, o patrimônio material acabou ao longo dos anos tendo maior respaldo legal para sua proteção, desde o Brasil Colônia. Quanto ao patrimônio cultural imaterial, foi somente pela promulgação da Constituição de 1988 que lhe foi dada a devida importância normativa, uma vez que na Constituição se dispôs sobre sua constituição e proteção, envolvendo além dos objetos e bens físicos aqueles que se referiam a “identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 216). Considerando ainda que 2006 o Brasil assinou por meio do Decreto nº 5.753 a sua inclusão na convenção internacional para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial que abrangeria por exemplo tradições e práticas culturais, além dos objetos e lugares com eles relacionados.

Com base no exposto e nas duas legislações anteriormente mencionadas é possível inferir que na APA Carste existe variedade de patrimônio, desde o material afeito as cavidades, sítios arqueológicos e paleontológicos, como também aquele relacionado ao patrimônio imaterial como as tradições culturais religiosas e os fazeres culinários e artesanais.

Para averiguar como esta diversidade patrimonial refletia nas legislações municipais locais, procedeu-se um breve levantamento junto aos sites oficiais das prefeituras dos municípios inseridos na APA Carste. Assim sendo, buscou-se por legislações e normativas que fizessem referência seja ao tombamento, levantamento ou inventário tanto relacionados ao patrimônio material quanto imaterial nos municípios de Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos e Pedro Leopoldo. Em seguida, produziu-se um quadro referenciando as mesmas (Quadro 1).

Observando-se o Quadro 1 é possível inferir que, de forma geral, nos municípios anteriormente mencionados, grande parte dos instrumentos de proteção ao patrimônio ocorreu após a Constituição de 1988. Inicialmente, predominava a proteção ao patrimônio material como de igrejas e outros imóveis, posteriormente já no final da década de 2000, o patrimônio imaterial passa a compor o rol de bens protegidos, pelo menos no que tange a questão da proteção legal. O que, em parte, pode ter relação com ações políticas oriundas do ingresso do Brasil na convenção internacional para salvaguarda do patrimônio cultural e nas ações da sociedade

civil para resguardo do patrimônio imaterial como saberes, fazeres, eventos religiosos, folclore e outros.

**QUADRO 1****Patrimônio municipal na APA Carste de Lagoa Santa-MG.**

Município	Patrimônio material	Patrimônio imaterial	Instrumento
<b>Confins</b>	Lagoa de baixo		Decreto 174/ 2003
	Capela São Jose		Decreto 174/ 2003
	Cemitério de Bexiguentas		Decreto 174/ 2003
	Igreja – Santuário Tabor da Liberdade		Inventariado 2009
		Boi da manta	Inventariado 2009
<b>Funilândia</b>	Moinho de água		Decreto 51/2018
		Caravana de Reis União Amigos de Funilândia	Decreto 78/2017
<b>Lagoa Santa</b>	Capela de Nossa Senhora do Rosário		Decreto 234/2001
	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Morro do Cruzeiro)		Decreto 234/2001
	Escola Municipal Dr. Lund		Decreto 234/2001
	Lagoa Central		Decreto 234/2001
	Cemitério e Túmulo Dr. Lund		Decreto 234/2001
	Casarão de Mamaca		Decreto 550/2005
	Capela de Sant'Ana		Decreto 846/2008
	Iate Clube Joá		
	Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa		
		Boi da Manta	Inventariado 2009
		Candombe de Nossa Senhora do Rosário	Inventariado 2009
		Capoeira	Inventariado 2009
		Corporação Musical Santa Cecília	Inventariado 2009
		Doces Caseiros da Lapinha	Inventariado 2009
		Quitandas da Lapinha	Inventariado 2009
		Festa de Nossa Senhora do Rosário / Guarda de Nossa Senhora do Rosário – Lapinha	Inventariado 2009
		Festa de Sant'Ana-Lapinha	Inventariado 2009
	Folia de Reis	Inventariado 2009	
	Pastorinhas	Inventariado 2009	
<b>Matozinhos</b>	Conjunto arquitetônico, histórico e paisagístico da Fazenda da Jaguará		Deliberação 01-2000
	Estação ferroviária de Matozinhos		Deliberação 02-2002

Continua...

Município	Patrimônio material	Patrimônio imaterial	Instrumento ...continuação
Pedro Leopoldo	Casa da Corporação Musical Cachoeira Grande e açougue		Decreto nº 223/1999
	Conjunto da Fábrica de Tecidos (praça, casas etc.)		Decreto nº 221/1999
	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Estação Ferroviária		Decreto nº 452/2004
	Estação Ferroviária do Distrito de Dr. Lund		Decreto nº 533/2003
	Casa Fernão Dias e Capela Nossa Senhora do Rosário		Decreto Estadual 17.729/1976
	Fazenda Modelo		Inventariado 2010
			Guarda do Congo Nossa Senhora do Rosário/Santo Antônio
		Festas de maio, São João Batista e Queima do Judas	Levantamento

Fonte: Adaptado pela autora de sites oficiais das prefeituras municipais de Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Funilândia. Disponíveis em <https://www.confins.mg.gov.br/>; <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/>; <https://www.funilandia.mg.gov.br/>; <https://www.matozinhos.mg.gov.br/>; <https://www.pedroleopoldo.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 set. 2020.

O desafio neste quesito é que a proteção não seja apenas formalizada no papel, que ela ocorra de forma efetiva na prática dos órgãos públicos competentes envolvendo os meios humanos, técnicos e financeiros para garantir sua preservação.

Destaca-se que por parte do patrimônio material e imaterial listado no Quadro 1 estar inserido numa unidade de conservação federal, é essencial que os três níveis de poder, União, Estado e Municípios, dialoguem entre si e com a sociedade em geral para estabelecerem redes e parcerias que estimulem a preservação do patrimônio cultural. O que pode estar aliado com uma gestão participativa por meio dos conselhos de patrimônio e de cultura.

É justamente no território da APA Carste, com tanta riqueza e diversidade cultural que está em formação a primeira aerotrópolis brasileira, que será apresentada a seguir.

### **A futura aerotrópolis na APA Carste de Lagoa Santa**

Um dos maiores aeroportos do Brasil é o denominado Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado a cerca de 40 quilômetros de Belo Horizonte, no município de Confins em Minas Gerais. Quando o aeroporto estava sendo planejado na década de 1970, o escritor Carlos Drummond de Andrade fez um alerta num artigo publicado em um jornal de grande circulação naquela época:

Cuidado, Dr. Peter Wilhelm Lund, que dorme em seu último sono em Lagoa Santa: previno-lhe que seu repouso eterno corre perigo. A região em que o senhor viveu, pesquisou e estabeleceu os fundamentos da Paleontologia Brasileira está sendo varrida pelo ciclone do desenvolvimento-acima-de-tudo, que promete acabar com as suas grutas, os seus fósseis e toda a pré-história nacional (ANDRADE, 1974, p. 5).

O alerta de Drummond era devido à grande fragilidade ambiental da região na qual o aeroporto seria instalado, uma região cuja base era a rocha calcárea, formadora de grutas e outras feições geomorfológicas que resguardavam parte do patrimônio cultural brasileiro de grutas, cavernas e fósseis. O alerta não sensibilizou as autoridades e o aeroporto foi implantado em meados da década de 1980 no então município de Lagoa Santa. Chamava a atenção desde aquela época, que suas pistas de pouso estavam há poucos metros de onde foi encontrado o fóssil de Luzia.

A estratégia de colocar um aeroporto num dado lugar para ele se tornar o propulsor do crescimento econômico, foi a base do que veio a ser chamado de aerotrópolis, cujo pressuposto era de que “em vez de banir os aeroportos para os limites das cidades e tentar evitá-los a qualquer custo, é preciso que as cidades do século XXI sejam erguidas ao redor deles”. (KASARDA; LINDSAY, 2012, p. 6). E Confins, antes um distrito de Lagoa Santa, se emancipou em 1995, ou seja, uma cidade-aeroporto surgiu, dependente economicamente dos *royalties* provenientes do aeroporto.

Entretanto, por muitos anos o Aeroporto Internacional Tancredo Neves ficou subutilizado devido principalmente à sua distância da Capital de Minas Gerais e pelo aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, suprir parte da demanda do tráfego aéreo regional. No início do século XXI, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), que administrava o aeroporto, iniciou a sua revitalização e o concedeu para a iniciativa privada.

O governo do Estado de Minas Gerais e a iniciativa privada começaram a discutir o estabelecimento de uma aerotrópolis no referido aeroporto ainda no início dos anos 2000. O termo aerotrópolis foi cunhado por Jonh Kasarda consultor e professor na Universidade da Carolina do Norte nos Estados Unidos da América. Conforme Kasarda a aerotrópolis se refere a um território cuja base de desenvolvimento econômico estaria centrada num grande aeroporto, que além do transporte de passageiros, priorizasse o transporte de cargas com alto valor agregado e impulsione o comércio global. Tal aeroporto deveria ser de fácil acesso e possuir instalações físicas, logísticas e atividades de tecnologia de ponta ao seu redor (KASARDA; LINDSAY, 2012).

De uma maneira geral, os aeroportos tendem a ser um dos impulsionadores do crescimento econômico e urbano nas regiões onde são implantados. Quando um aeroporto passa a ser o principal agente desse crescimento a partir de estratégias públicas e privadas focadas na intensificação e diversificação no uso do aeroporto e dos serviços a ele agregados, focando em sua multifuncionalidade e no mercado global, isso acarreta o processo de formação de uma aerotrópolis (KASARDA; LINDSAY, 2012).

A aerotrópolis por sua vez, provoca a transformação socioeconômica e urbanística em um dado território, pois ela “oferece um novo paradigma em transporte, poderoso e atraente o suficiente para estabelecer centros comerciais dentro de cidades cujos subúrbios estarão localizados em outros continentes” (KASARDA; LINDSAY, 2012, p. 49).

Além de ser um dos primeiros acadêmicos a utilizar o termo aerotrópolis, John Kasarda auxiliou no planejamento de várias aerotrópolis pelo mundo, como nos aeroportos internacionais de: Dubai nos Emirados Árabes Unidos, de Charles de Gaulle na França e de Schiphol na Holanda, este considerado a primeira aerotrópolis europeia. Essas “aerotropoles representam a lógica da globalização corporificada na forma de cidades” (KASARDA; LINDSAY, 2012, p. 7).

No caso de Minas Gerais, desde 2003 o governo do Estado iniciou as articulações para o estabelecimento em seu território da primeira aerotrópolis da América Latina. O planejamento dessa aerotrópolis foi realizado com a consultoria de John Kasarda, o que foi mantido por vários governos subsequentes (CODEMIG, 2015).

Passados alguns anos, em 2014, uma cartilha publicada pela Agência Metropolitana do Estado de Minas Gerais voltava a tratar do tema da aerotrópolis e literalmente a descrevia como “a nova centralidade que surge tendo um aeroporto internacional de excelente reputação como o principal motor de sua dinâmica econômica” (AGÊNCIA METROPOLITANA, 2014, p. 3), tendo como base produtos com alto valor agregado, uma infraestrutura modal para transporte desses produtos e de pessoas e o estabelecimento de um parque tecnológico. A cartilha seguia os preceitos de Kasarda, todavia, sem adentrar nos possíveis impactos socioambientais e ao patrimônio cultural do território onde essa nova centralidade seria instalada, ou seja, a APA Carste de Lagoa Santa.

A possibilidade de implantação de um aerotrópolis em Minas Gerais, foi inclusive mencionada no Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte como integrante do Plano Macroestrutural do Vetor Norte dessa região:

reconhecimento da crescente influência de grandes projetos de investimentos, vinculados aos planos do governo de Estado para o Vetor Norte, no ordenamento territorial e na dinâmica futura da região. Estes projetos, bem como a duplicação da LMG-0800 até a MG-424 (que vem se consolidando como um dos principais eixos de atração de novas atividades e de expansão imobiliária, especialmente de empreendimentos industriais e comerciais), confirmam a vinculação desta área com os projetos associados com o Plano Macroestrutural do Vetor Norte (Aerotrópole). (CEDEPLAR, 2014, p. 27).

No documento do Macrozoneamento da RMBH ficou evidenciada a possibilidade de ocorrer dois processos paralelos com o advento dos megaprojetos metropolitanos como o da aerotrópolis no território, um seria de gentrificação e outro seria de favelização em Confins, onde está implantado o aeroporto (CEDEPLAR, 2014, p. 20). A gentrificação estaria alicerçada na mudança cultural e na chegada de novos moradores no território, expulsando antigos moradores para outras localidades. Já a favelização poderia ser consequência dessa gentrificação ou de outros processos socioeconômicos locais, entretanto, os estudos sobre esses processos não foram aprofundados no referido documento.

Para atingir o objetivo de criar a aerotrópolis em território mineiro, após o Macrozoneamento da RMBH, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, passou por várias reformas e ampliações. Sendo que no ano de 2016 foi implantado o novo terminal internacional, ampliando a capacidade do aeroporto, havendo previsão para o recebimento de cerca de 22 milhões de passageiros. (BH AIRPORT, 2021b). E



isso em um município, Confins, com pouco mais de seis mil habitantes (IBGE, 2021).

Após tratativas entre o governo de Minas Gerais e a União, no ano de 2020 o Aeroporto Internacional Tancredo Neves tornou-se o primeiro aeroporto industrial do Brasil, com a liberação para ser entreposto aduaneiro na importação e na exportação de mercadorias (BRASIL, 2020), atraindo mais investimentos econômicos para a região.

Como se dará as relações dessa aerotrópoli que opera na esfera global no que tange a proteção dos recursos naturais locais e do patrimônio cultural é uma incógnita. Talvez, a mobilização das comunidades e entidades locais poderá auxiliar para se evitar ou mesmo mitigar impactos socioambientais e culturais. Para tanto, as pessoas precisam conhecer melhor o território no qual elas vivem, suas riquezas patrimoniais culturais e ter ação proativa para diminuir os impactos do “ciclone do desenvolvimento-acima-de-tudo” (ANDRADE, 1974, p. 5), o que poderia ocorrer com ações de educação patrimonial.

Ressalta-se que uma abordagem que envolvesse os diversos atores sociais e dialogasse com os valores afetivos, estéticos e simbólicos relacionados ao patrimônio também poderia trazer novas possibilidades de proteção ao patrimônio local.

Um ponto de vista mais sociológico abordaria, além da questão econômica, outras dimensões fundamentais da vida cultural, como por exemplo, os aspectos simbólicos, estéticos, éticos, sociais e políticos. O ideal seria combinar diferentes modalidades de estudos e abordagens disciplinares, no intuito de dar conta de todas essas dimensões da vida cultural para então informar a formulação de políticas públicas na área de cultura (GHEZZI; CATELLI, 2003, p. 8).

O que se sabe é que a dinâmica intermodal do estabelecimento de uma aerotrópoli deverá ampliar o turismo internacional e regional (PALHARES, 2005). Especialmente esse aumento ocorre pelo “crescimento das malhas aéreas e da infraestrutura aeroportuária, a diminuição real dos custos do transporte aéreo e o aumento da capacidade e velocidade através da introdução de novas tecnologias aeronáuticas.” (PALHARES, 2005, p. 654).

Considerando o exposto e a diversidade do patrimônio cultural existente na APA Carste de Lagoa Santa e diante da formação da aerotrópoli, apresenta-se no Quadro 02 um resumo de alguns dos possíveis riscos associados e os desafios para superá-los, focando, no caso, no possível aumento do fluxo de turistas.

**QUADRO 2**  
**Patrimônios culturais, riscos e desafios diante da aerotrópolis**

Patrimônios culturais	Riscos associados	Desafios
Cavidades	Turismo desordenado e depredação	Fiscalização, ordenamento do turismo e educação patrimonial.
Patrimônio arqueológico e paleontológico	Turismo desordenado e depredação	Fiscalização, ordenamento do turismo e educação patrimonial.
Patrimônio construído	Turismo desordenado e depredação	Fiscalização, ordenamento do turismo comunitário e educação patrimonial.
Patrimônio imaterial	Aculturação, esquecimento ou desvalorização	Proceder levantamento sistemático e participativo, para estabelecer estratégias para sua preservação e ordenamento do turismo comunitário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entende-se, assim, que a implantação da aerotrópolis na APA Carste de Lagoa Santa traz riscos e desafios ao Patrimônio Cultural. Inicialmente pelas transformações que ocorreram em termos da paisagem local pela reestruturação de áreas para ampliação da infraestrutura do aeroporto e de rodovias a ele associadas, ocorrendo terraplanagens e desmatamentos. Além disso, com o aumento do número de aeronaves e veículos que circularam na região, provavelmente haverá o aumento da poluição atmosférica e sonora, mas não se encontrou estudo específico sobre esse tema em relação ao Aeroporto Tancredo Neves e o patrimônio local.

Outro ponto, é que o aeroporto indústria favoreceu a um maior deslocamento de cargas e de pessoas pela região, inclusive de turistas. Essa nova forma de organização urbano-regional impõe gradativamente ao território novas culturalidades, não necessariamente relacionadas com o pertencimento a esse mesmo território.

Assim, considerando o Quadro 2, dentre os riscos advindos da implantação da aerotrópolis estão os danos provenientes do incremento do turismo, que ocorrendo de forma desordenada pode trazer prejuízos a proteção do patrimônio cultural material e até imaterial. Seja por ocorrer em locais proibidos, seja pelo número excessivo de visitantes, ou seja, pela depredação ou por não valorizar a culturalidade do território em questão.

Dentre os desafios que se lançam, uma abordagem da aerotrópolis como impulsionadora do desenvolvimento local pelo incentivo do turismo ordenado e comunitário, pode ser uma das alternativas para diminuição destes impactos, uma vez que os territórios aeroportuários:

precisam se integrar com a economia local e regional, deixando de ser meros locais de trocas de modos de transporte e passando a agregar valor aos produtos e bens que por eles circulam, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região. (PALHARES, 2001, p. 30).

Entretanto, um grande contrassenso, é que no site da concessionária do Aeroporto, foi disponibilizado um guia para os viajantes conhecerem as cidades históricas de Minas Gerais (BH AIRPORT, 2021b). Embora com toda a importância histórica e da riqueza e diversidade do patrimônio material e imaterial local, o guia sequer cita o município no qual está situado o aeroporto ou outros municípios da APA Carste como parte de importantes cidades históricas.

Considerando o exposto, entende-se que o aprimoramento da gestão participativa envolvendo diversos atores sociais atuantes no território da unidade de conservação, como representantes das comunidades locais, organizações não governamentais e instituições públicas em níveis administrativos diferentes, integrantes dos municípios de Confins, Matozinhos, Funilândia, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, do Estado de Minas Gerais e da União é importante para a proteção do patrimônio cultural do território diante dos impactos provenientes do crescimento urbano e econômico e da implantação de megaprojetos como da aerotrópolis na APA Carste de Lagoa Santa.

A gestão participativa poderá ocorrer em consonância com o estabelecimento de estratégias de preservação do patrimônio cultural aliadas com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, estimulando-se o turismo de base comunitária e ações voltadas para a educação patrimonial.

## **Conclusão**

Concluiu-se que a Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa é uma unidade de conservação que possui muitas potencialidades socioambientais e culturais, qualificando-a como importante território para o resguardo do patrimônio cultural material e imaterial no Brasil. Tais atributos estão protegidos por legislações específicas desde o nível municipal ao nível federal. Entretanto, é neste mesmo território que está em formação a primeira aerotrópolis brasileira, o que pode gerar impactos socioambientais e culturais se tais legislações não forem

cumpridas. Além disso, há possibilidade de ampliação do número de turistas na região, podendo ocasionar ampliação dos impactos advindos dessa atividade.

Percebeu-se que na unidade de conservação existem desafios entre proteção do patrimônio e o crescimento econômico, que podem ser expressos pelas controvérsias entre a permanência das tradições culturais e as transformações que advirão das novas culturalidades que chegam ao território pela aerotrópolis, operada em escala global.

Diante do exposto, entende-se que mitigação de tais impactos, pode ocorrer pela aplicação da legislação existente para a proteção do patrimônio material e imaterial e por uma gestão participativa do território, que realmente envolva as comunidades locais. Essa última coloca-se como um grande desafio, que depende de articulações entre os diversos setores governamentais e as comunidades, a fim de priorizarem a preservação do patrimônio em consonância com o desenvolvimento local de forma planejada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. Ao Dr. Lund em seu repouso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 334, 12 mar. 1974. Caderno B, p. 5.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL CULTURAL DE DIREITOS E DEFESAS DOS POVOS CIGANOS – AECDDPC. *Protocolo de Consulta*. Arquivo em pdf. Disponível em: <http://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/10/Protocolo-de-Consulta-Povos-Ciganos-Etnia-Calon.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BARBOSA, C. S. Cemitério Dr. Lund e sua relação com a cidade de Lagoa Santa/MG: Contextualização de um patrimônio quase esquecido. FÓRUM MESTRES E CONSELHEIROS. Belo Horizonte, 11. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2019.

BARBOSA, C. S.; DEUS, J. A. de. A importância do geoturismo para a gestão da paisagem cultural na Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa/MG/Brasil. COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO. 4. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2016.

BH AIRPORT. *Aeroporto Internacional Tancredo Neves*. Disponível em: <https://site.bh-airport.com.br/SitePages/pt/bh-airport/index.aspx#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20Aeroporto%20Internacional,j%C3%A1%20operava%20com%20limita%C3%A7%C3%B5es%20operacionais.&text=1983%C3%80s%2010h30%20do%20dia%2025,voo%20internacional%20de%20carga%20a%C3%A9rea>. Acesso em: 21 abr. 2021a.

BH AIRPORT. *Guia especial para futuras viagens às principais cidades históricas de Minas Gerais*. E-book cidades históricas. Disponível em: <https://site.bh-airport.com.br/SitePages/pt/bh-airport/download.aspx>. Acesso em: 28 maio 2021b.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Seção 1, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 98.881, de 25 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 1990.

BRASIL. Ato Declaratório Executivo nº 5, de 24 de março de 2020. Declara alfandegada a Instalação Aeroportuária localizada na Zona Primária do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins (MG) denominada Terminal Aeroporto Industrial em Belo Horizonte (TEAI-BH), e credencia a operar o Regime Especial de Entrepasto Aduaneiro na Importação e na Exportação, a empresa que menciona. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 24 março de 2020.

CEDEPLAR. *Plano Metropolitano*. Macrozoneamento. Produto 4. Definição das Zonas de Interesse Metropolitano. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CODEMIG. *Projeto da primeira Aerótrópole da América do Sul avança em Minas Gerais*. Reportagem de 13 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.codemig.com.br/projeto-da-primeira-aerotropole-da-america-do-sul-avanca-em-minas-gerais/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GHEZZI, D. R; CATELLI, R. E. Indicadores quantitativos, pesquisas sobre hábitos culturais, e políticas públicas de cultura. SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS. 4. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, s.d.

GOOGLE. *APA Carste de Lagoa Santa*. In: Google Earth website. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GOULART, E. M. A. *O Caminho dos currais do Rio das Velhas: a Estrada Real do Sertão*. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

HERSKOVITS, M. J. *Antropologia Cultural*. man and his works. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973. v. 1-2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Confins*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/confins/panorama>. Acesso em: 21 abr. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEFPPHA. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/18/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-da-fazenda-da-jaguara?layout=print&tmpl=component>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

KASARDA, J.; LINDSAY G. *Aerótrópole: o modo como viveremos no futuro*. São Paulo: DVS Editora, 2012.

LÊVI-STRAUSS. C. *A noção de estrutura em etnologia: raça e História – Totemismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

METCALF. P. *Cultura e sociedade*. Tradução de Ariosvaldo Griesi. São Paulo: Saraiva 2015.

NEVES. W. A.; PILO. L. B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

PALHARES, G. L. *Transporte aéreo e turismo: gerando desenvolvimento socioeconômico*. São Paulo: Aleph, 2001.

PALHARES, G. L. Transporte para turistas: conceitos, estado da arte e tópicos atuais. In: TRIGO (Org.). *Análises globais e regionais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca. 2005, p. 641-669.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – P. M. LAGOA SANTA. *Turismo*. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/turismo-cultura-o-que-conhecer/centro?showall=1>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUZA, M. A. de. *Ciganos, roma e gypsies: projeto identitário e codificação*. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. Paris, 17 oct. 2003.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

**Cláudia Silva Barbosa** é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Mestre e Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Analista Ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

**Como citar:**

BARBOSA, Cláudia Silva. A Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa e a formação da primeira aerotrópolis brasileira: desafios para proteção do patrimônio cultural. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 430-451, jan./jun. 2021. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).